



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

| COMISSÃO DO ESPORTE | | | |
|---|---------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Audiência Pública Extraordinária | REUNIÃO Nº: 1082/17 | DATA: 16/08/2017 | |
| LOCAL: Plenário 2 das Comissões | INÍCIO: 15h38min | TÉRMINO: 17h02min | PÁGINAS: 31 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO |
|---|
| PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO - Conselheiro Secretário do Conselho Federal de Psicologia. SILVIO ALVES DE FREITAS - Representante do Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio Janeiro. CASSIO RODRIGUES BARREIROS - Mestre em Direito e pesquisador da Universidade Veiga de Almeida. MAURO SILVA - Representante da Federação Paulista de Futebol. ANTÔNIO HORA - Presidente da Confederação Brasileira de Desportos Escolares. |

SUMÁRIO

Debater a necessidade de incluir a garantia de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais de que trata o Projeto de Lei nº 7.683/2017.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Boa tarde a todos.

Vamos começar esta reunião de audiência pública, que está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 188/2017, de iniciativa do Deputado Ezequiel Teixeira, e visa a debater a necessidade de incluir a garantia de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais de que trata o Projeto de Lei nº 7.683/2017.

Inicialmente, vamos fazer a composição da Mesa para dar início à apresentação.

Convido para tomar lugar à Mesa o Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheiro Secretário do Conselho Federal de Psicologia; o Sr. Silvio Alves de Freitas, representante do Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio Janeiro — SAFERJ; o Sr. Cassio Rodrigues Barreiros, mestre em Direito e pesquisador da Universidade Veiga de Almeida — UVA; o Sr. Mauro Silva, representante da Federação Paulista de Futebol.

Informo que as seguintes instituições foram convidadas para participar desta audiência pública, mas não responderam ao nosso convite: Associação Brasileira de Psiquiatria; Clube de Regatas Vasco da Gama; Clube de Regatas do Flamengo; e Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.

Antes de passar à exposição dos nossos convidados, eu desejo informar sobre as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates.

Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente, e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Comunico também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Democracia, com o *link* disponível na página da Comissão do Esporte no Portal da Câmara, possibilitando assim a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão.



Neste momento, anuncio a todos que o relatório do PL nº 7.683/2017, que visa a garantir assistência psicológica continuada a atletas profissionais, matéria desta audiência pública, estará aberto a contribuições da sociedade por 30 dias a partir de hoje, 16 de agosto, por meio da Wikilegis, ferramenta de consulta popular disponível no endereço edemocracia.camara.leg.br/wikilegis. O endereço está projetado na tela, para todos terem à sua disposição essas informações.

Passo a palavra ao Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, para fazer uso da palavra durante 10 minutos.

O SR. PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO - Senhoras e senhores, muito boa tarde.

Eu gostaria de agradecer o convite. Represento aqui o Conselho Federal de Psicologia, instituição na qual sou membro da Diretoria Executiva. Também sou professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Primeiro, eu gostaria de dizer que a Psicologia no Brasil, em 2017, está completando 55 anos como profissão regulamentada. Somos o País com o maior número de psicólogos do mundo — somos 298 mil psicólogos —, divididos em áreas as mais diversas possíveis, e a Psicologia do Esporte é uma delas.

Nós constituímos hoje a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte — ABRAPESP, que é uma das 27 entidades nacionais da Psicologia brasileira. Existe, junto ao Conselho Federal de Psicologia, um grupo de trabalho de Psicologia do Esporte, tamanha a relevância que essa área, ora entendida como emergente, passou a se tornar a partir da consolidação dos estudos, pesquisas e exercício profissional no campo da Psicologia do Esporte no Brasil.

A Psicologia do Esporte está presente hoje nas cinco regiões do País, sendo que 36% dos profissionais desse campo atuam na Região Sudeste; 29%; no Nordeste; 19%, no Sul; 13%, no Centro-Oeste; e 3% na Região Norte.

Um dado interessante é que, entre os psicólogos do esporte, 51% têm uma formação continuada no campo do esporte, ou seja, após sua formação em Psicologia, especializaram-se no campo da Psicologia do Esporte. Desses 51%, 21% têm cursos de especialização; 8% têm mestrado nesse campo; 4% têm aperfeiçoamento; 4% têm doutorado em Psicologia do Esporte; e 0,33% têm pós-doutorado na área — uma quantidade bem menor. Isso significa que nesse campo



de atuação há um nível de formação bastante interessante, o que nos faz entender que a Psicologia do Esporte é, sem dúvidas, uma área bastante consolidada na Psicologia brasileira.

Hoje, 26% dos psicólogos do esporte atuam no campo do alto rendimento; 19%, na iniciação esportiva; 18%, na psicologia clínica do esporte; e 14%, em projetos sociais. Portanto, no Brasil, um quarto desses profissionais atua no campo do alto rendimento, sobre o qual esse projeto de lei está versando.

Há algo a ser discutido porque, apesar da consolidação da Psicologia do Esporte no Brasil, 29% desses profissionais atuam como voluntários. Junto com a ampliação do campo de atuação, ainda existe hoje um problema de precarização do trabalho, que é algo que nós precisamos pensar e discutir.

O Conselho Federal de Psicologia se declara favorável PL nº 7.683/2017, que nós estamos debatendo, porque ele preenche uma lacuna deixada pela Lei nº 9.615/1998, a chamada Lei Pelé. Apesar da lacuna, ela dialoga muito bem com a Lei Pelé, em especial a partir de quatro princípios fundamentais, entre os 12 princípios fundamentais que constituem a Lei nº 9.615: primeiro, o princípio fundamental da democratização, que pressupõe a garantia de condições de acesso às atividades esportivas; segundo, o princípio fundamental do direito social, que preconiza a obrigatoriedade de o Estado fomentar as práticas esportivas; depois, o princípio da qualidade, com valorização dos resultados esportivos; e finalmente o princípio da eficiência, sobre o estímulo às competições esportivas. Apesar da existência desses quatro princípios fundamentais que de forma difusa dialogam com a assistência psicológica, nós entendemos que um projeto de lei específico que garanta assistência psicológica a esses atletas é algo bastante bem-vindo. Por isso, o Conselho Federal de Psicologia está aqui apoiando a aprovação desse projeto de lei.

Apesar de entendermos que esse é um projeto de lei de bastante relevância para a Psicologia do Esporte no Brasil, nós também entendemos que precisamos ainda discutir a ampliação da assistência psicológica para as categorias de base, não somente para os atletas de alto rendimento. Entendemos também que nós precisamos ampliar a noção de assistência psicológica. Entendemos que a assistência psicológica no campo psicoterapêutico é algo necessário, mas não



compulsório, ou seja, é extremamente importante que as entidades de formação do atleta brasileiro possam oferecer a oportunidade do atendimento psicoterapêutico, mas não de forma compulsória.

Ao ampliarmos a ideia de assistência psicológica, nós gostaríamos de lembrar a necessidade de ela ser aplicada a todo e qualquer atleta no Brasil, principalmente porque a assistência psicológica no campo da Psicologia do Esporte não somente se refere ao campo tradicional do atendimento psicoterapêutico. Ela versa principalmente sobre a otimização da *performance* do atleta, através de treinamentos e habilidades psicológicas que são imprescindíveis ao esporte no Brasil. Dentre elas estão a concentração, o foco, a atenção, a memória, o controle da ansiedade, o gerenciamento do estresse e as questões da motivação.

Para concluir, nós gostaríamos de lembrar que temos visto maus exemplos, mas também bons exemplos. Como maus exemplos da não utilização da Psicologia do Esporte, podemos citar as Olimpíadas de Sidney, em 2000. Foi caracterizado que o baixo rendimento do Brasil naquele evento se devia, em especial, à má formação dos psicólogos, ao mau acompanhamento dos psicólogos na questão da Psicologia. Outros maus exemplos são a Copa do Mundo da França, em 1998, e a Copa do Mundo do Brasil, em 2016. Nós podemos caracterizar, nesses três casos, exemplos claros dos maus efeitos que surgem quando a Psicologia e o esporte não caminham de mãos dadas.

Mas há também bons exemplos, em especial de dois atletas que honraram o Brasil nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016. Um deles foi Diego Hypólito, atleta que nos brindou com uma medalha de prata na ginástica olímpica, que de uma forma muito clara anunciou em todas as mídias a importância que teve o acompanhamento psicológico no seu caso. Outra atleta que também lembrou o atendimento psicológico foi Rafaela Silva, contemplada com a medalha de ouro no judô, que por sinal é uma graduanda em Psicologia no Rio de Janeiro. O caso dela foi lembrado pela mídia pelos acontecimentos de Londres em 2012, quando ela foi desclassificada. Nas Olimpíadas de 2016 ela ganhou medalha de ouro, e a mídia relatou esse episódio como um caso que foi da depressão à medalha. A Rafaela falou de forma muito clara sobre a importância da assistência psicológica no seu caso. Então, os casos de Diego e de Rafaela podem nos lembrar da necessidade da



assistência psicológica a esse tipo de atleta. Os exemplos de maus casos são as Olimpíadas de 2000, a Copa do Mundo de 1998 e a Copa do Mundo de 2014, no Brasil.

Por fim, eu gostaria de agradecer a possibilidade de o Conselho Federal de Psicologia estar presente nesta Casa. Gostaríamos de lamentar a ausência de outros conselhos profissionais no Conselho Nacional do Esporte, que hoje possui apenas o Conselho Federal de Educação Física — CONFEF. Entendemos que outras profissões também dialogam de uma forma muito incisiva com o esporte, entre elas a Psicologia, que gostaria de fazer parte desse importante conselho.

Eu gostaria de lembrar que o esporte faz parte da identidade nacional do brasileiro. Com isso, nós somos simbolizados subjetivamente com nosso orgulho em relação ao esporte. Portanto, um projeto de lei como esse, que versa sobre a assistência psicológica aos atletas, não atende apenas as necessidades dos atletas, mas atende às necessidades de toda a Nação. Quando um atleta é bem-sucedido num evento esportivo, isso produz efeitos em toda a população brasileira. Esses efeitos subjetivos, que são traduzidos pelo nosso orgulho à Nação, precisam ser pensados como algo fundamental, em especial no momento atual que nós vivemos, em que nós precisamos de mais motivos para ter orgulho do nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Obrigado, Sr. Pedro Paulo Bicalho, Conselheiro Secretário do Conselho Federal de Psicologia, pela sua brilhante exposição.

Passo a palavra ao Sr. Silvio Alves de Freitas, do Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SILVIO ALVES DE FREITAS - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação. Se possível, quero ouvir as opiniões dos colegas representantes da Federação, já que eu vou falar sobre a questão do atleta profissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Se V.Sa. quiser falar por último, não há problema.



Então, vamos passar a palavra ao Sr. Cassio Rodrigues Barreiros, mestre em Direito e pesquisador da Universidade Veiga de Almeida. S.Sa. tem 10 minutos para sua exposição.

O SR. CASSIO RODRIGUES BARREIROS - Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde aos integrantes da Mesa, aos Srs. Deputados e aos que nos estão assistindo pela Internet. Vou falar sobre este projeto dentro da minha área de formação, que é a área jurídica, e vou tecer alguns comentários sobre a Análise Econômica do Direito, que é uma disciplina que, durante muitos anos, esteve distanciada do Legislativo e até mesmo do estudo do Direito no Brasil, mas que recentemente, até na Universidade Veiga de Almeida e em outras, o estudo da Análise Econômica do Direito vem sendo trabalhado.

E o que vem a ser esse estudo da Análise Econômica do Direito? Esse estudo considera a tomada de decisão fora do mercado, ou seja, fora do âmbito da economia, mas gera reflexos no aspecto econômico. Então, diversas decisões ou diversos projetos de lei que são votados aqui no âmbito do Legislativo e diversas ações do Executivo refletem-se na economia. E muitas vezes esses efeitos sistêmicos na economia não são observados quando da tomada de decisão. Isso é muito importante analisarmos.

Nesse aspecto específico, a Lei nº 9.615, de 1998, a Lei Pelé, obriga os clubes de base a manterem ali contratado um psicólogo para o acompanhamento dos atletas que estão em formação. E essa opção legislativa considerou, sem dúvida, a posição de vulnerabilidade ali do menor que está em formação. Já em relação ao maior, o então já formado, nós temos que observar... E aqui eu vou trabalhar o futebol, entendendo o esporte como um patrimônio cultural do brasileiro. E tudo o que envolve o esporte vai impactar o torcedor, o patrocinador, o público, ou seja, gera um impacto muito grande.

No futebol, nós temos cerca de 800 clubes profissionais — dados que extraí daqui da Comissão, com auxílio do Lindberg, Secretário-Executivo da Comissão do Esporte — dos quais: 600 clubes disputam alguma modalidade, realizam alguma competição durante o ano; 60 clubes disputam as Séries A, B e C, de forma permanente, então eles têm uma competição nacional de forma anual; cerca de 100 clubes possuem atividades semestrais, ou seja, não têm uma atividade continuada;



e há 160 clubes dedicando-se tão somente a atividades esportivas durante o ano. Logo, vai se gerar um impacto econômico muito grande para esses clubes que não participam de competições anuais. Estou-me referindo mais ao futebol, mas isso também vai se projetar nas outras modalidades esportivas.

É evidente que o atleta profissional sofre algum transtorno psicológico. Mas não é só o atleta. O advogado também sofre. É muito comum um advogado ganhar uma liminar pela manhã, que é revogada à tarde e, à noite, torna a ter o efeito suspensivo ali atribuído. Então, ele também tem ali um período de ansiedade; ele lida com a vitória e com a derrota. E isso ocorre em todas as profissões no âmbito legislativo também, por exemplo, determinado Deputado apresenta seu projeto de lei que pode ou não ser aprovado numa Comissão, seguir para outra e depois ser criada uma Comissão Especial para tratar do tema e até lograr êxito na aprovação.

Eu tenho que ressaltar também a Constituição. No seu art. 217, que trata do desporto, a Constituição assegura à entidade esportiva a capacidade de auto-organização, ou seja, autonomia no funcionamento para a prática do desporto. Então, para se impactar, para se ferir essa autonomia gerando um ônus sem que a lei estabeleça como se vai dar o custeio desse profissional, é um pouco sério, se pensarmos que nem todos os clubes são profissionalizados. E, dentro desse universo de 800 clubes, temos o Corinthians, o Flamengo, o Santos, o Vasco da Gama, o Fluminense, mas essa não é a realidade do futebol. Eles são exceções, são clubes que têm alto poder aquisitivo e, de fato, alguns até possuem atendimento psicológico.

Discordo também quando o Pedro Paulo Bicalho falou da associação da psicologia ao êxito de alguns atletas nas Olimpíadas. A Seleção Brasileira de Futebol, sob o comando do técnico Rogério Micalé, dispensou o acompanhamento psicológico sob o argumento de que a motivação da Seleção Brasileira Olímpica de Futebol ocorreria pela equipe técnica, pelos preparadores físicos, pelos treinadores, por ex-atletas que integravam a comissão, e tivemos um êxito surpreendente com a Seleção Olímpica de Futebol masculina. Saímos de um 7 a 1 para a Alemanha, na Copa do Mundo, e nos sagramos vitoriosos nas Olimpíadas.

Então, a escolha pública do legislador quando da tomada de decisão não pode estar afastada desse efeito sistêmico e econômico que ele vai gerar, sobretudo



porque, quando se impacta o futebol, vai-se impactar o torcedor, pois o clube, ou a entidade esportiva, vai ter que repassar esse custo para alguém. Assim, ou ela tem como primeira opção diminuir proporcionalmente o salário do atleta para compensar o custo dele com o atendimento psicológico ou como segunda opção repassá-lo ao torcedor quando da aquisição de material esportivo do clube, da camisa, do ingresso e tal.

Não estou aqui deixando de reconhecer a importância da Psicologia. Muito pelo contrário. Ela é uma ciência que deve ser estudada, deve ser até incentivada, mas, a meu ver, não se pode tornar obrigatória ao clube de futebol e a qualquer outra entidade esportiva. Entendo também que o Conselho de Psicologia não possui a função institucional da dominação do mercado, essa não é sua função institucional. Mas, na essência, o projeto acaba estabelecendo algum tipo de dominação do mercado. Acho que é uma medida que tem que ser combatida pelo legislador. Não acho razoável, porque não é necessário se ter um psicólogo para o desenvolvimento da atividade esportiva. Antes, aqui, discutimos sobre a obrigatoriedade do profissional de Educação Física, e o Andrés Sanchez, que foi Presidente do Corinthians, ressaltou a importância do fisioterapeuta e de outras atividades que igualmente não são obrigatórias. Mas, por depender diretamente o desempenho do atleta dessas atividades, os clubes acabam contratando-os.

O meu receio é que esse impacto econômico inviabilize a atividade de alguns clubes de menor potencial. A justificativa do projeto não considerou também, a meu ver, estudos científicos que demonstram que a atuação do profissional de psicologia associada ao esporte traga um benefício. Mas qual é o benefício? Qual é o malefício de não tê-lo?

Quando se pensa em proteção de mercado e numa lei que vá proteger o mercado, chamo a atenção também para as manifestações populares. Temos assistido a diversas manifestações populares em que a população reclama que a agenda política se afasta da vontade social. Muitas pessoas questionam a reforma da Previdência, outras pessoas questionaram a reforma trabalhista, porque acreditam que aquilo não refletiria a vontade coletiva. E, quando viemos aqui defender o interesse de determinada classe, não estamos nos afastando dessa insatisfação da população! Pelo contrário. Acho que os órgãos de classe, aqueles



que se posicionam de forma favorável, estão buscando o benefício de um pequeno grupo em detrimento da coletividade, que são os milhares de torcedores que temos pelo Brasil afora, além de que o projeto não vislumbra aqui uma alternativa para o custeio: o financiamento vai ser público ou não? O clube vai ter que pagar? Vai poder descontar isso do salário do atleta?

São essas as ponderações e os questionamentos que gostaria de trazer, com base na Análise Econômica do Direito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Góes) - Certo. Na sua avaliação, é necessário que haja o psicólogo?

O SR. CASSIO RODRIGUES BARREIROS - Não, a minha opinião é a de que o impacto econômico suportado pelas entidades esportivas seria excessivo perto do benefício do psicólogo. Isso tem que ser facultado. O clube tem que ter, na sua auto-organização, a capacidade de contratar ou não um profissional da mente para auxiliar o atleta. Tem que ser uma faculdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Góes) - Acho que é uma área necessária.

O SR. CASSIO RODRIGUES BARREIROS - Mas eu entendo como uma formação acadêmica estritamente necessária que pode, sim, auxiliar o esporte, como faculdade, mas não com um caráter obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Góes) - Entendi.

Concedo a palavra ao Sr. Mauro Silva, que representa aqui a Federação Paulista de Futebol. Leve o nosso abraço ao nosso Presidente.

O SR. MAURO SILVA - Obrigado. O Reinaldo está em viagem ao Japão. Assim que ele retornar, eu encaminho esse abraço.

Sr. Presidente, boa tarde! É um prazer estar participando desta reunião. Quero agradecer muito pelo convite. Quero também cumprimentar todos os integrantes da Mesa e todos os presentes a esta audiência. É um prazer estar aqui representando a Federação Paulista de Futebol.

Como ex-atleta, vou fazer um breve comentário. Joguei por 13 anos na Europa e por 11 anos na Seleção Brasileira. Tive a felicidade de ser campeão do mundo em 1994. Na minha trajetória esportiva, tive pouco contato com a área de



Psicologia Esportiva e compartilho da opinião do Dr. Cassio: considero-a uma área do conhecimento muito importante para o incremento do desempenho esportivo, para o aumento da *performance*, mas também tenho muitas dúvidas em se estabelecer, por força de lei, a obrigatoriedade desse profissional num clube, dadas algumas relações, às vezes, entre a área técnica, no caso, os treinadores, e a área de humanas. Há treinadores diretores de futebol e diretor executivo de clube que preferem prescindir do profissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Góes) - Nossa Presidência é o seu titular.

O SR. MAURO SILVA - Acho muito mais interessante quando o clube, através de desenvolvimento e modernização na gestão, entende e acha necessária a presença de um psicólogo, para chegar a um desempenho esportivo melhor. Da mesma forma que pensamos numa saúde física, pensamos numa saúde mental também para um desempenho esportivo melhor. Então, compartilho da importância dessa área de conhecimento para o futebol, para o esporte, mas realmente acho que, por força de lei, estabelecer-se essa obrigatoriedade e onerar os clubes...

É como disse o Dr. Cassio: estamos falando em jogar essa responsabilidade para o Corinthians, para o São Paulo ou para o Palmeiras, mas também para a Ferroviária, para o Novo Horizontino, para o Ituano, clubes estes do interior que já sofrem grande dificuldade. E, sem querer sair do assunto, por eles inclusive não terem uma tributação diferente dos clubes de futebol, o Corinthians, o Palmeiras, o Novo Horizontino e a Ferroviária tributam da mesma forma. Não é que tenham um benefício fiscal ou uma alíquota diferente para esses clubes. Então, realmente a situação dos clubes do interior já é bastante difícil quanto ao aspecto financeiro.

Gostaria de destacar também que recentemente realizamos na Federação um seminário de desenvolvimento humano com psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, dada a importância da área de humanas e do desenvolvimento integral nas categorias de base, na visão da Federação, para corrigirmos nosso processo de formação. Então, ressalto mais uma vez que a Federação tem uma preocupação enorme com o desenvolvimento humano, por outro lado, temos que deixar claro aqui que sempre nos preocupamos quando queremos impor uma categoria ou uma obrigação aos clubes pensando o que isso significa no aspecto financeiro. Gostamos



muito mais de pensar, desde o aspecto de se incentivar uma gestão mais moderna e mais profissional, que os clubes cheguem à convicção, no caso, de que o desempenho esportivo melhor dos seus atletas pela presença de um psicólogo representa uma receita maior e um benefício maior.

Por tudo o que estou expondo aqui, um pouco da minha vivência na Seleção Brasileira e também jogando fora do Brasil por 13 anos em clubes de alto nível, realmente acho que, de repente, devíamos analisar e debater mais a fundo esse assunto. Como Federação, estamos dispostos a criar fóruns, se for o caso, para discutir com os clubes e também com o pessoal da área de humanas essa questão.

Mas, a princípio, quero deixar claro que a Federação realmente tem muitas dúvidas com relação à imposição da obrigatoriedade, por força de lei, de um clube ter um psicólogo como seu funcionário, por conta principalmente dos aspectos econômicos, mas também por essa relação da área técnica com a área de humanas. Isso porque, às vezes, o treinador chega ao clube e tem um analista que é um profissional muito importante, mas, para o clube, acha que dele pode prescindir. Então, realmente, em vez de se entrar na autonomia do clube e estabelecer a obrigação de ele ter determinado profissional, acho muito mais interessante que o clube tenha a consciência de que aquele profissional pode agregar algo ao desempenho esportivo e aos resultados financeiros do clube.

Essa é a posição da Federação.

Agradeço mais uma vez pelo convite. É um prazer participar da reunião e poder expressar a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado pela participação e exposição brilhante do Sr. Mauro Silva, representando a Federação Paulista de Futebol. Torcemos muito por você, há muitos anos, e é um prazer tê-lo aqui conosco.

O SR. MAURO SILVA - Obrigado, Presidente. Eu tenho que agradecer também pelo carinho. Quando estamos lá no campo — e o Danrlei o sabe —, é importante saber que há tantas pessoas em casa que sofrem junto conosco lá, e esse apoio é muito importante.

Agradeço o carinho de todos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Com a palavra o Sr. Silvio Alves de Freitas, representante do Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro — SAFERJ.

O senhor tem 10 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. SILVIO ALVES DE FREITAS - Gostaria de cumprimentar todos novamente.

Neste momento, eu represento o Sindicato dos Atletas Profissionais de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o seu Presidente, o Sr. Alfredo Sampaio, ficou impossibilitado de comparecer a esta reunião. Represento também a Federação de Assistência aos Atletas Profissionais — FAAP, que tem, na sua Presidência, o tricampeão do mundo, o Wilson Piasa, e a Federação Nacional dos Atletas Profissionais — FNAPAF, que tem, na sua Presidência, o advogado Felipe Augusto, com domicílio em Natal.

Em relação à proposta, em princípio, eu continuo muito feliz com a ideia, porque, na condição de ex-atleta — de ter convivido durante muitos anos na condição de atleta —, nós temos uma experiência muito grande quanto à assistência complementar aos jogadores de futebol e ao ex-atletas profissionais no Brasil.

A importância da psicologia no esporte talvez não esteja mais em evidência, até por conta dessas dificuldades que são colocadas por dirigentes, técnicos e etc., mas eu, particularmente, que vivo isso, digo com certeza que a participação de um profissional de psicologia no esporte é da maior importância, até porque nós não falamos aqui sobre a Síndrome de Burnout. Hoje existem mais de duzentos artigos sobre o assunto. Estuda-se a questão do estresse no atleta profissional, que começa desde o período do início dos trabalhos da pré-temporada.

Então, o atleta profissional vive um período de estresse durante todo o ano: de janeiro a dezembro. E é evidente que esse nível de estresse provoca sérios prejuízos ao atleta e ao clube, paralelamente, devido ao esforço excessivo, à disputa por posições, salários, resultados. A necessidade de um profissional especializado na área da psicologia logicamente iria ajudar muito o profissional de futebol.

Eu quero comentar alguns dados que foram colocados pelo Cassio com relação ao futebol brasileiro: nós temos aproximadamente 800 clubes de futebol, sendo que 60 deles disputam as séries A, B e C e 68 disputam a série D. Dos 68



que disputaram a série D, como o contrato de atleta profissional tem o prazo mínimo de 90 dias, com o prazo de 45 dias, 1.500 jogadores ficaram desempregados.

Em 2016, nós tivemos 63 mil contratos, registros, entre contratos e aditivos de contratos, em que 90% desses jogadores ganham entre 1 e 5 salários mínimos. E muitos não recebem. Se formos computar os dados que temos na FAAP, veremos que aproximadamente 13 mil atletas profissionais de futebol jogam durante 3 meses, em apenas em um ano, e, no resto desse período, ficam em situação de miséria, na verdade.

A FAAP já presta assistência aos profissionais e aos ex-atletas, inclusive, na área de psicologia. Essa questão de quem vai pagar a conta, de quem vai assumir esse ônus, como foi colocado pelo colega de São Paulo, já é feita pela FAAP, através da Lei nº 9.615, no art. 57, que estabelece assistência complementar na área socioeducacional. Com a ampliação do texto dessa lei, em muitos casos, dá-se assistência psicológica, não só ao atleta, ao ex-atleta, mas também à família.

A instituição de Sergipe é referência nacional na atenção aos ex-atletas portadores de hepatite C. Então, quando essa assistência é disponibilizada, ela assume todos os custos de transporte, alimentação, remédios de uso contínuo e assistência psicológica ao ex-atleta e à família. Dessa forma, há mais de 20 anos são dadas assistências à categoria.

A FAAP já tem *know how* de atendimento. E eu posso dizer aos senhores que a instituição não se nega, em absoluto, a assumir esses custos com assistência psicológica.

Achei interessantes as colocações do Mauro Silva, quando ele se refere aos clubes que não têm condições de pagar um psicólogo, mas que um técnico pode ganhar aproximadamente 700 mil reais. Eu tenho certeza da grande importância de um psicólogo em um trabalho coletivo, principalmente onde existe um nível de estresse tão alto.

Há a falta de carência desses atletas. Eu não estou me referindo ao atleta em formação, mas ao atleta efetivo. E levo ainda essa condição ao ex-atleta, que sofre muito no período de transição. Então, quando o atleta está nesse período de transição, ele tem problemas psicológicos seríssimos.



A posição do Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro — SAFERJ, das instituições que hoje há mais de 20 anos prestam assistência aos atletas e ex-atletas do Brasil, é completamente favorável e se compromete, inclusive, a assumir os custos por conta do atendimento aos seus associados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado, Sr. Silvio Alves de Freitas, que representa o Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, pela brilhante exposição.

Vamos agora abrir um espaço para os debates.

Queria fazer a lista dos debatedores que poderão fazer uso da palavra pelo tempo de 3 minutos.

Com a palavra o nobre Deputado Danrlei de Deus Hinterholz.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Sr. Presidente, senhores convidados, quero fazer uma saudação especial ao Mauro Silva, grande nome e atleta do nosso futebol, que tanto nos trouxe alegrias. É muito bom revê-lo fazendo um belo trabalho pela Federação Paulista.

É importante se ter a presença nesta Comissão de ex-atletas que tenham o conhecimento, a vivência, o dia a dia, que tem experiência muitas vezes de ter trabalhado em outros países e que possam trazer coisas boas que existem, principalmente na Europa, para o futebol brasileiro. Que bom poder participar! Acho que o Presidente fez a escolha certa de quem está aqui para representá-lo.

Com relação à importância do psicólogo nos clubes de futebol, acho que nós não precisamos falar. É óbvio que é importante, como é importante o professor de educação física, como é importante o treinador.

A questão aqui que eu estou vendo é quem vai pagar essa conta. O Silvio acabou de dizer, e eu sou um dos Vice-Presidentes da FAAP — Federação das Associações de Atletas Profissionais. Sei da importância da FAAP em relação ao ex-atleta, principalmente, do trabalho que ela faz, apesar das dificuldades, apesar de os clubes não quererem pagar aquilo que têm que pagar, para que ela faça esse trabalho com os ex-atletas, principalmente. Não são ex-atletas do nível do Mauro Silva e de outros atletas que conseguiram uma independência financeira dentro da sua carreira. É uma minoria — acho que 2% a 4% — que consegue ter uma independência financeira, após a carreira. Mas, sim, para esses outros 90% que,



infelizmente, trabalham 3 meses para sobreviver 12 meses, a cada ano. É uma vergonha! Nós temos que mudar, tentar fazer com que mais clubes possam ter a capacidade, a possibilidade de continuar esse trabalho.

Mas acho que a obrigatoriedade — neste momento em que os clubes não conseguem pagar sequer o salário de 3 meses de um atleta —, ter mais um ônus...

Eu tenho a certeza, conhecendo a FAAP, de que ela adoraria fazer esse trabalho para todos. Infelizmente, nós não temos as AGAPs — Associação de Garantia ao Atleta Profissional sequer em todos os Estados do País ainda. Então, acho que a FAAP até poderia tentar, mas não teria capacidade financeira para bancar, sei lá, 700, 800 profissionais da Psicologia, para que os clubes pudessem ter, quem sabe, um em cada Estado e que os clubes menores pudessem usufruir desse psicólogo que as AGAPs contratassem para dar esse apoio. Mas não seria aquele apoio que eu vejo que aqui a ideia que está se tentando se tratar para agora, da obrigatoriedade de cada clube ter o seu.

Eu joguei, durante 22 anos, Mauro, 95% do tempo no nosso País, com as dificuldades que o Brasil tem. Importância nós sabemos que é fora da realidade. Inclusive, eu acho que, mais do que para o próprio atleta, o profissional, muito mais para os familiares, para os parentes dele. Porque quem traz o problema para o atleta, normalmente, é a família.

O atleta quando está dentro de campo, quando está treinando é o cara mais feliz do mundo. Aí começa a crescer, começa a ganhar um dinheirinho, vem toda a família querendo tirar algum. Vamos falar a verdade. Então, ele tem que ter uma cabeça, com 18 anos, muitas vezes. Agora, com 16 anos, os caras já estão voando, ganhando milhões.

Mas nem é desses que eu falo. Eu falo do outro que começa a crescer um pouquinho, começa a ganhar um salariozinho melhor com 18 anos. Aí é pai, mãe, avô, avó, tio, tia, irmão, todo mundo achando que pode tirar um pouquinho. Como é que esse cara vai sobreviver? A cabeça dele, é óbvio, vai enlouquecer, não é, Mauro?

Eu vi muitos atletas, muitos colegas meus com uma a capacidade técnica do nível de atleta de seleção brasileira. E, devido a isso, a essas dificuldades de que o Silvio também falou — eles, obviamente, precisariam de um apoio psicológico —,



não deram certo, não vingaram, como se diz dentro do futebol. De repente, pela falta dessa pessoa que viria a trazer um equilíbrio à vida dele, para ele continuar a sua carreira.

Então, nós estamos aqui num impasse. É importante? É muito importante. Mas como vamos fazer isso? Obrigando-os? Nós sabemos que 70%, 80% dos clubes brasileiros vão estar fora da lei, eles não vão conseguir porque não vão ter capacidade financeira.

Clube grande, com dinheiro, se tiver que escolher entre ter mais um preparador físico — em vez de três, quatro —, entre ter mais uma pessoa que possa auxiliá-lo a não errar tanto nas contratações, prefere pegar esse dinheiro e contratar mais um jogador para ver se dá certo, para ver se ganha dinheiro. É errado? É totalmente errado, é falta de planejamento, nós sabemos. Nós estamos falando de clubes grandes. Imagine os pequenos!

Eu falo do meu Tupi, em Crissiumal, lá no interior do Rio Grande do Sul, que joga a série intermediária para chegar à Série A do Gauchão; cujo salário do melhor jogador do time, Mauro, é 1.500 reais; que tem que pagar um mínimo de 800, acho que 890 reais. Agora não tenho certeza sobre qual é o valor do mínimo hoje para atleta profissional. Como é que tu fazes? Uma folha salarial de 120 mil é difícil.

E tens que pedir para a comunidade. Na minha cidade, quem ajuda o time a pagar o salário dos jogadores é a comunidade. Um dá dez reais, outro dá 20 reais, outro dá 50 reais, o médico da cidade ajuda com 150 reais e tu fecha a folha de 3 meses, para poder pagar em dia.

Então, nós temos que tentar chegar a um formato que possa ter esse profissional tão importante para o futebol, mas também que não onere os pequenos, aqueles que não têm capacidade de ter esse profissional. Eu acho que esse deve ser o debate maior aqui nesta Casa: como chegar a alguma possibilidade de fazer essa mudança.

Por parte da FAAP, Silvio, eu tenho certeza de que boa vontade não falta. Mas dinheiro falta, para ajudar todos os ex-atletas que hoje precisam do apoio da FAAP. Tem que dividir entre os Estados. Se sobrar um pouquinho, a um tu ajudas pagando 80%, como uma bolsa para o cara crescer, ter uma recolocação no mercado de trabalho. Mas não tem para todo mundo. Hoje 90% dos ex-atletas não



conseguiram guardar dinheiro, e a FAAP não tem capacidade de ajudar esses 90% já. Então, eu acho que tem que ser uma questão maior a ser tratada.

Por isso, parabenizo o Sr. Presidente por esse debate importantíssimo.

E aí vai uma opinião de quem viveu a vida no futebol, uma opinião minha. Os grandes clubes já têm. Eu peguei essa transição, por exemplo, jogando no Grêmio. Eu também sou de um tempo em que havia um treinador, um preparador físico, um massagista — não existia nem fisioterapeuta —, e deu. Era isso aí. No Grêmio, era o Banha, o massagista, que está em todas as fotos do Grêmio campeão, era o treinador e um preparador físico. Hoje, cada treinador que vai tem três preparadores físicos. O clube já dispõe de mais dois profissionais da Casa para dar apoio ainda ali, tem o psicólogo para as categorias de base e outro para o profissional. Só que isso foi uma transição.

Eu não sei — eu não tive essa oportunidade de jogar em um grande clube da Europa — se há psicólogo ou não. Eu gostaria que o Mauro, com a experiência que ele tem de ter jogado fora do País, que ele pudesse também dar uma opinião pessoal como ex-atleta nessa questão.

Como sempre acontece, o futebol brasileiro, por mais que diga que está sempre à frente, tem uma dificuldade para novidades, nesse sentido. E a Psicologia dentro do futebol é uma novidade, como foi a Fisioterapia, a qual agora já recebe outro nome: fisiologia do esporte, nome bonito. Hoje, o atleta, com a metade do tempo que eu comecei, está pronto para jogar de novo depois de uma lesão.

Então, eu acredito que, automaticamente, Silvio, Pedro, Cassio, Mauro, os clubes vão entender a importância desse profissional e de, aos poucos, um clube estar, como o Tupi de Crissiumal, na série intermediária para subir para a série A, do campeonato gaúcho, por exemplo, ter esses atletas psicologicamente equilibrados. Isso pode ser o diferencial, muitas vezes, para ganhar o título, para subir, o que vai dobrar ou triplicar o que eles podem gastar com atletas. Mas eu acho que isso vai ser aos poucos. Isso já está sendo introduzido no esporte, principalmente no futebol brasileiro. Os clubes, cada vez mais, estão vendo a necessidade e a importância desse profissional dentro da cadeia que faz o esporte, o futebol crescer.

Tenho a certeza de que começam os clubes da série A, daqui a pouco os da B pegam pessoas com competência que dizem que isso é importante para o clube.



Começa-se a inserir o profissional na série B. Depois, a série C começa a pegar o exemplo e inseri-lo na C. Daqui a pouco, naturalmente — acredito que não precisa haver uma lei para isso —, os clubes vão entendendo a importância desse profissional. Já estão entendendo. Os grandes clubes, que já entenderam a importância dele, já o têm.

Mas, no momento em que nós agora colocamos como obrigação, ao invés de ajudar, é aquela coisa: *“algo novo, estou sendo obrigado. Espera aí. Eu vou segurar”*. O que poderia acontecer daqui a 3 anos, 4 anos, o clube ter um profissional, vai demorar 8 anos.

É uma opinião minha. Quero, gostaria muito de ter a opinião do Mauro, como ex-atleta que atuou na Europa, por conhecimento.

Eu tive o antes e o depois do profissional. Eu não me adaptei porque existe a questão: ele está trabalhando como um psicólogo ou como um psicólogo do clube? No Grêmio, inicialmente — eu não sei como é hoje, eu não posso falar —, no meu tempo era o seguinte. Ele estava ali à disposição, trabalhando para os dirigentes e para o treinador. Tudo o que eu dizia para eles chegava aos dirigentes. *(Risos.)* Exato. É de dar risada. E três vezes puxaram-me a orelha por causa disso. Eu disse: *“quer saber? Nunca mais eu vou”*.

Depois, da terceira vez, vieram de cima questões — as quais eu acreditava serem apenas do profissional para me ajudar — na verdade, para tentar ajudar o clube, de alguma forma, a me colocar nos eixos. Existe esse outro lado.

Eu não sei como é hoje, para os tempos de agora. Faz 8 anos, 10 anos que eu não jogo futebol. Eu posso estar falando uma bobagem muito grande. Mas, no início, o profissional da Psicologia, colocado dentro do clube, — eu estou falando do Grêmio, que é onde eu convivi com a questão —, para o atleta não trazia nenhum benefício, só prejudicava. Acredito que daqui a pouco dentro da própria Psicologia, uma psicologia do esporte, para que eles entendam que são o mesmo profissional e que tem que ter entre o paciente e o psicólogo, mesmo que o treinador vá lá e fique pressionando, mesmo que o diretor chegue lá e diga: *“não, sou eu que pago vocês, você tem que me dizer o que o jogador lhe falou, qual é o problema que ele tem”*. Vai haver a pressão do profissional.



No Grêmio tinha, o profissional não aguentou, entregava tudo. Eu disse: “*olha, nunca mais vou*”. No primeiro ano aconteceu isso. Eu não fui mais. Há essa outra questão para ser tratada também. De repente, o próprio Pedro pode me dizer se já existe a Psicologia do Esporte, se já existe uma formatação para aquele profissional que queira se especializar na Psicologia do Esporte para trabalhar com atletas. Ele não trabalha com o atleta, trabalha com a família toda.

Como eu falei, não é só o pai, a mãe, o filho, a filha, ou a esposa que não entende muitas vezes que o cara tem que ficar 3 dias dentro da concentração porque o jogo é importante. Fica ligando, incomodando, porque o filho está chorando. O atleta tem que pensar no jogo, pensar que tem que ver a família, ver o filho, não tem esse apoio.

Então, seriam essas duas não digo perguntas, mas eu gostaria de ouvir do Mauro essa questão pelo seu profissionalismo e do Pedro se já existe alguma especialização sobre a questão. Claro, se o Cassio e o próprio Silvio tiverem algo a dizer, eu gostaria muito de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Obrigado, Deputado Danrlei. No momento das considerações finais eles poderão reportar-se à sua pergunta.

Esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Democracia, com o link disponível na página da Comissão do Esporte, no portal da Câmara, possibilitando assim a participação popular por meio das perguntas dirigidas a esta Comissão.

Esta audiência é uma audiência interativa também pelo Portal e-Democracia. Michelle Rios, psicóloga do esporte, categorias de base do clube Atlético Mineiro.

Os clubes de formação hoje têm a obrigatoriedade da presença do psicólogo do esporte. No entanto, as comissões técnicas são obrigadas a trabalhar com psicólogo, ela está declarando. Quantos psicólogos do esporte que já atuaram em clubes estão participando deste debate?

Bom, está aberto através do portal. Está aqui também a entidade representativa através do Conselho Federal de Psicologia. Pode participar qualquer psicólogo do esporte através do nosso Wikilegis também. Então, está respondida a nossa Michelle Rios.



João Rodrigues Rosa Neto, professor de Educação Física, São Paulo.

Os jovens atletas podem encontrar dificuldades para lidar com a pressão por desempenho melhor por não estarem definitivamente formados em sua personalidade. Como a Psicologia Esportiva pode ajudar nessa questão?

Eu creio que tanto o Pedro quanto o Mauro podem dar também uma pincelada. Qual dos dois gostaria de usar a palavra? Eu vou repetir.

Os jovens atletas podem encontrar dificuldades para lidar com a pressão por desempenho melhor por não estarem definitivamente formados em sua personalidade. Como a Psicologia Esportiva pode ajudar nessa questão?

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente, eles vão respondendo a cada uma ou vão responder tudo ao final?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Não, não. Só vão responder essa, porque é pela audiência interativa, só para matarmos a pergunta do João Rodrigues.

Pedro, quer responder? (*Pausa.*) Mauro, quer responder?

O SR. MAURO SILVA - Como eu disse, nós fizemos recentemente na Federação Paulista de Futebol um seminário sobre desenvolvimento humano e formação integral, somente com psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, dada a importância da área de humanas na formação e no desenvolvimento integral do atleta, como o Deputado Danrlei já disse muito bem aqui.

Esse trabalho é social também. Nós estamos falando das categorias de base principalmente. Noventa e oito por cento desses jovens não se tornarão jogadores de futebol profissional. Então, você tem que preparar o homem, preparar o ser humano. Amanhã ele vai ser um médico, vai ser um engenheiro, vai ser um treinador. E muitos poucos serão jogadores de futebol profissional. Então, a área de conhecimento de humanas é fundamental nesse processo de formação.

O Deputado Danrlei disse bem, o Cassio também. Em nenhum momento, nós questionamos a importância dessa área de conhecimento na formação do atleta, inclusive no desempenho esportivo do atleta. Agora, questionamos a obrigatoriedade e a imposição de um profissional que, com certeza, pode onerar o clube. Hoje, por exemplo, na Federação Paulista, temos um programa de excelência, pelo qual nós premiamos as boas práticas. Nós preferimos distribuir mais



dinheiro para o clube que tem uma gestão melhor do que você obrigar e você punir. Então, o caminho do desenvolvimento pela meritocracia nos agrada muito mais.

Assim, quero só ressaltar aqui que consideramos fundamental a área de humanas na formação integral do jovem atleta. Mas é importante também que o pessoal da área de humanas entenda que o futebol é um negócio, além de ser a paixão nacional e um fenômeno cultural, entre outras coisas. Sendo um negócio, ele vive de desempenho esportivo e vive da marca, da imagem.

Como o Danrlei disse muito bem, nos anos 80, a comissão técnica era formada de 6 profissionais. Hoje trabalhamos com 16 ou 20 profissionais, em uma equipe multidisciplinar, onde o profissional de humanas tem um papel importante. Mas ele também tem que entender que existem outros profissionais ali, aos quais você tem que se adaptar nessa equipe multidisciplinar, devendo usar o seu conhecimento para que o desempenho esportivo seja melhor e a imagem do clube também seja melhor, pois é um negócio. Assim, a receita do clube vai ser melhor.

Então, era isso que eu queria colocar: nós reconhecemos muito a importância da área de humanas na formação dos atletas, principalmente nas categorias de base. Inclusive, o clube que tem o Certificado de Clube Formador é obrigado a prestar assistência psicológica aos atletas.

E vou concluir respondendo em parte a questão feita pelo Danrlei. Pela experiência que eu tive na Europa durante 13 anos, posso afirmar que o entendimento que se tem na Europa é que a psicologia esportiva tem que auxiliar no incremento e no desenvolvimento esportivo. E uma doença mental, no caso, deveria ser tratada fora do clube. Esse é o entendimento. Eu estou meio obsoleto porque parei de jogar desde 2005, mas naquele momento, Danrlei, era dessa forma, era o entendimento que nós tínhamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado, Mauro Silva.

Vamos ouvir o Deputado Fábio Mitidieri.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente, o Sr. Pedro Paulo gostaria de fazer um comentário sobre a pergunta anterior. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Sim. Tem a palavra o Sr. Pedro Paulo.



O SR. PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO - Obrigado.

Falarei especificamente sobre a pergunta anterior. Muito me preocupa a situação, e acho que essa pergunta foi bastante acertada por falar especificamente sobre o jovem atleta. E o jovem atleta, como qualquer outro jovem, ele também tem assegurados os seus direitos pelo ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ECA, de uma forma muito clara, desde o ano de 1990, fala da necessidade desse indivíduo em formação. Portanto, exige-se uma proteção especial por parte daquelas instituições que estão cuidando desse jovem, uma preocupação maior em relação à saúde.

Eu fico muito preocupado com a maneira pela qual o debate está sendo colocado aqui. Houve um momento em que foi dito: “*Grandes clubes entenderão a importância desse profissional*”. Não enquanto a lógica de saúde for menor do que a lógica de mercado. Parece-me que o debate que está sendo feito aqui é o de uma lógica de mercado maior do que uma lógica de saúde.

Falou-se muito aqui sobre os clubes pequenos. Eu queria lembrar que os clubes pequenos também exigem grandes *performances* e grandes resultados. Os clubes pequenos não exigem pequenas *performances* nem exigem pequenos resultados. E os efeitos psíquicos dessas *performances* e desses resultados que são exigidos desses profissionais são igualmente produzidos independentemente do tamanho desse clube, porque, independentemente do tamanho desse clube, bons desempenhos e bons resultados são sempre exigidos de uma forma intensa, porque nós estamos falando aqui de profissionais do esporte, dos quais são exigidos, portanto, grandes atuações e grandes resultados.

A grande questão aqui é dizer que existe uma lógica de saúde sendo colocada depois da lógica de mercado e, em especial — essa pergunta foi muito bem colocada —, quando nós estamos recortando o segmento juventude, porque os atletas não se formam atletas com 18 anos. A formação de um atleta se dá inclusive no momento em que ele está num processo de formação, durante o qual as instituições precisam, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, promover a proteção especial. É nesse sentido que estou falando aqui de uma lógica de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Obrigado.

Vamos ouvir, então, a palavra do Deputado Fábio Mitidieri.



O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa.

Eu queria dizer ao Deputado Danrlei, antes de tudo, que concordo com a forma colocada por S.Exa., quando disse que, embora reconheça a importância do trabalho, também se deve ver de onde vai sair o custeio disso.

E eu tenho essa preocupação também, embora reconheça e entenda a importância desse trabalho. Na base já é obrigatório. E, no futebol profissional, a importância é inquestionável e indiscutível. O nível de estresse, de abalo emocional, de carga emocional a que um atleta profissional é submetido toda semana — quarta a domingo, por via de regra —, só sabe falar sobre isso quem foi para dentro do campo, como o nosso campeão Mauro Silva, como o campeão Danrlei. E eu tenho certeza da importância desse profissional.

O que temos que buscar é a forma de financiar esse projeto, porque ele tem a sua importância, a sua relevância. Quando dizemos *“garantia de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais”*, eu entendo que, enquanto ele estiver na carreira dele jogando profissionalmente, ele deveria ter esse acompanhamento psicológico. Quero dizer apenas que isso me lembra muito a lei do PIS: dizemos “pague”, mas não dizemos “como”. Aqui vai mais ou menos nessa linha.

Agora, entendo que, quando falamos dos grandes clubes, clubes de médio porte, todos eles têm até condições. Preocupam-me os pequenos clubes, aqueles que infelizmente não têm a devida condição financeira para isso.

Mas isso é algo que tem que ser colocado, que tem que ser debatido. E não tiro o mérito do projeto. Pelo contrário, eu acho relevante, acho importantíssimo o serviço, porque há, sim, uma carga emocional muito grande. E nós acabamos nos acostumando com a situação dos clubes profissionais dizendo: *“Quando nós temos acompanhamento psicológico, o atleta começa a render melhor e dentro de campo podemos ver o resultado”*. Tem atleta que, quando vê o estágio lotado, de repente, tem uma tremida, isso é trabalhado psicologicamente e também o jogo mais carregado emocionalmente. Tudo isso tem que ser trabalhado. Às vezes, o atleta está passando por algum problema em casa e isso acaba se refletindo dentro do campo.



Então, se o clube pensar do ponto de vista do mercado dele, ele está até preservando o mercado quando investe no trabalho psicológico. Se pensarmos pela ótica do mercado, o próprio clube coloca: *“Ah, mas eu prefiro ter um jogador a mais, um atleta a mais”*, muitas vezes se está perdendo um bom jogador ou ele não está rendendo aquilo que poderia por falta de um acompanhamento psicológico adequado.

Essa é uma visão. Quando o Mauro coloca aqui: *“Nós estamos premiando aqueles clubes que têm boas práticas”*, eu acho que essa é uma saída fantástica. O clube que tem na sua comissão um acompanhamento psicológico contínuo deveria ser premiado por estar dentro das boas práticas. E essa é uma forma de financiar a ideia de um projeto como esse. Então, é nessa linha.

Deputado Danrlei, V.Exa. disse que não teve a oportunidade de jogar fora do País, na Europa, mas, tenha certeza, teve a oportunidade de jogar contra o maior clube do mundo, que é o Botafogo de Futebol e Regatas. Então, dê-se por satisfeito! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Já fez o comercial dele, olha lá! *(Risos.)*

Finalizados os debates, eu passo a palavra aos expositores para que façam suas considerações finais.

Tem a palavra o Sr. Antônio Hora, Presidente da CBDE. Vamos ouvi-lo também, vai ser um prazer.

O SR. ANTÔNIO HORA - Boa tarde, Presidente Deputado Ezequiel. Inicialmente, eu gostaria de enaltecer a sua iniciativa de trazer a uma audiência pública um tema tão importante quanto é a tal obrigatoriedade da assistência psicológica ao atleta de futebol profissional.

Quero saudar o nosso campeão Mauro Silva. Eu acho que todas as homenagens que a população brasileira venha a fazer aos nossos atletas profissionais, que tanto nos dão alegria, ainda é pouco, ainda é insuficiente! Então, pode ser redundante, mas você... Não só estávamos sofrendo com você dentro de campo, mas também sentindo muito orgulho de pessoas como você representando o nosso País. Obrigado por tudo o que você representa para a nossa população.



Deputado Danrlei, na verdade é o seguinte, a minha fala aqui não é para opinar entre a obrigatoriedade ou não, mas para dar mais um testemunho da importância dessa medida. Durante um período da minha vida atuei como árbitro de futebol profissional, poucas pessoas recordam, e tive o prazer de atuar com o grande goleiro do Grêmio, o Danrlei, e nenhum jogador, na minha concepção, demonstrava claramente a necessidade de um acompanhamento psicológico. E esse rapaz me deu muito trabalho, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - É mesmo? *(Risos.)*

O SR. ANTÔNIO HORA - Esse rapaz meu deu muito trabalho. *(Risos.)*

Obviamente, o Danrlei sempre foi um atleta diferenciado, teve uma boa formação e soube se expressar. Então ele estava fora da curva da média do atleta profissional. Mas a gente vê claramente dentro de campo que, por falta de acompanhamento psicológico, pelo fato de o atleta ter queimado algumas etapas no próprio amadurecimento pessoal, ele acaba sofrendo pressões muito grandes. E por causa dessas pressões trazidas para dentro de campo, o árbitro passa a ser o psicólogo, Dr. Pedro Paulo. E se o árbitro também não está preparado para atuar nessa função, ele acaba agravando uma situação que, em tese, seria só um problema profissional naquela partida, mas que traz consequências muito danosas para a carreira do atleta, para o clube, para as federações e para o próprio árbitro.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de destacar a importância do tema e parabenizar o Presidente da Comissão do Esporte pela iniciativa. Gostaria também de saudar o meu amigo Silvío, Presidente da AGAP, que está lá em Sergipe, e dizer que o trabalho da AGAP no nosso Estado é muito, muito importante pelo acompanhamento que dá aos ex-atletas profissionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Obrigado. Foi um prazer ouvi-lo nesta audiência pública, muito interessante e produtiva.

Provavelmente, centenas, quem sabe, milhares de pessoas estão acompanhando de suas casas, em todo o território nacional, esta audiência através do nosso Portal e-Democracia. E é um assunto tão interessante! Estamos vendo que há uma necessidade. Há também outro lado, que é o financiamento, o modo como isso vai ser feito, como vai ser essa portabilidade, como se vai dar esse aporte. A



audiência pública é convocada justamente para colher essas informações, para que tenhamos, no momento de votar um projeto de lei como esse, bastante subsídio e para que possamos fazer o melhor pelo povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Desculpe-me interrompê-lo, mas na minha fala esqueci-me de fazer uma saudação ao meu amigo Silvio da AGAP, lá no nosso Estado de Sergipe. Quando comecei minha carreira política, foi uma pessoa que me ajudou bastante, em 2008, em 2012, então sou muito grato a ele. Silvio, conte sempre com o nosso apoio. Ele faz um grande trabalho no Estado de Sergipe e eu não poderia deixar de fazer este registro aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Está registrado.

Nós vamos passar às considerações finais. Eu vou dar 3 minutos para cada expositor fazer as suas considerações finais, visto que já teve início a Ordem do Dia, e está pautado hoje um assunto muito importante para nós discutirmos no plenário. E assim vamos encerrar a nossa audiência pública.

Com a palavra o Sr. Silvio Alves de Freitas, para que faça as suas considerações finais, por 3 minutos.

O SR. SILVIO ALVES DE FREITAS - Eu quero dizer que foi uma alegria muito grande encontrar o nobre Deputado e Vice-Presidente da FAAP. E confesso que lhe dei um susto muito grande.

Eu sou fundador da FAAP e sou o 1º Vice-Presidente Executivo. Antes de vir para cá, estive conversando com o Márcio. Logicamente, eu não me atentei para a obrigatoriedade, mas conversei com ele sobre os atendimentos que já são feitos. O associado poderia fazer essa solicitação de assistência psicológica, assim como os clubes, nos Estados onde existem AGAPS, poderiam encaminhar os seus atletas, em caso de necessidade.

V.Exa. também sabe que, se os nossos dirigentes tivessem a consciência de recolher os valores correspondentes ao 0,8 das transferências internacionais, teríamos realmente condição de aumentar esses atendimentos e, talvez, até dobrá-los.



Então, não precisa se preocupar, porque nós não temos recursos para pagar um psicólogo para 800 clubes, de maneira alguma! (*Risos.*) É isso o que eu queria realmente justificar, essa questão da obrigatoriedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado pela sua participação, por ter aceitado o nosso convite. Espero que possa continuar desempenhando o seu papel da melhor forma possível, ajudando o desporto brasileiro.

Vamos ouvir o Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, do Conselho Federal de Psicologia.

O SR. PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO - Primeiramente, é um prazer enorme para a psicologia brasileira estar presente aqui no Parlamento. Sentimo-nos muito honrados por sermos temas de debate. Independentemente do modo como debatemos, o fato de sermos debate já é de uma relevância imensa, e isso mostra, é claro, a importância da profissão, inclusive, estando presente aqui num projeto de lei.

Eu gostaria de reforçar que quando falamos em assistência psicológica não estamos nos referindo apenas àquele atleta que está psicologicamente com algum tipo de problema e que precisa ser atendido por um psicólogo. Essa é uma das faces da assistência psicológica no esporte. Mas a maior delas, e é disso, talvez, que estejamos tratando aqui, é o treinamento de habilidades psicológicas imprescindíveis para o alto rendimento no esporte.

Infelizmente, os nossos dirigentes, os nossos treinadores ainda têm muito pouca sensibilidade para entender que o treinamento físico é extremamente importante, mas, conjugado a esse treinamento físico, o treinamento de habilidades psicológicas é imprescindível para qualquer atleta.

Eu não vivi a minha vida como atleta, mas vivi a minha vida como psicólogo. Eu sou psicólogo há mais de 20 anos e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ há mais de 10 anos. O importante é que, nessa minha vida de psicólogo, eu jamais deixei de entender que itens como concentração, foco, motivação, memória, controle de ansiedade e gerenciamento do estresse não somente são importantes por conta da saúde do atleta, mas também são importantes para a atividade fim do próprio esporte, que é produzir resultados. E



resultados que não maximizem algum tipo de problema psicológico que possa ser produzido como efeito dessa mesma exigência que é feita ao próprio atleta.

Com isso, o que eu quero mais uma vez dizer é que a saúde psicológica não é exatamente ônus, mas é investimento. Quando nós investimos em saúde psicológica, também investimos em resultados. E não somente naqueles resultados que são efeitos das preparações físicas.

Gostaria eu de acreditar, e estou quase acreditando, que um psicólogo do esporte ganha tal qual um treinador, tamanha a preocupação com as questões financeiras que podem onerar a presença de um psicólogo. Gostaria muito de acreditar que os nossos profissionais ganham tal qual ganham uma série de treinadores, uma série de atletas. É claro que eu estou aqui lembrando também dos clubes pequenos e de outros esportes, afinal de contas, não estamos aqui falando apenas do futebol.

Eu gostaria de lembrar que o primeiro esporte a introduzir de uma forma muito contundente a psicologia do esporte foi o judô. O judô foi o primeiro esporte, muito antes do futebol, que iniciou um trabalho de psicologia nas suas bases junto aos seus atletas. E não precisamos lembrar os bons efeitos disso para o rendimento do judô, para a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Informo que V.Sa. tem 30 segundos para concluir.

O SR. PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO - Queria lembrar também que, no tricampeonato de futebol, tivemos um psicólogo atuando, o Emilio Mira y López. Ele era um psicólogo espanhol radicado no Rio de Janeiro e foi treinador da Seleção Brasileira de Futebol nos 3 anos em que nós ganhamos o nosso tricampeonato.

Concluindo, a saúde não é ônus, mas investimento. E eu gostaria de lembrar que nós não estamos aqui nesse lugar do Conselho Federal de Psicologia produzindo uma fala que possa trazer uma ideia de que nós estamos aqui criando reserva de mercado, como foi anunciado, muito menos proteção de classe. O que nós estamos tentando é debater a assistência à população, aqui, à nossa população de atletas.



Enfim, eu gostaria de agradecer e lembrar que, assim como não faz sentido um preparador físico em cada Estado, também não faz sentido um psicólogo em cada Estado, porque o treinamento de habilidades psicológicas se faz *in loco* e não *a posteriori*.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Obrigado, Sr. Pedro Paulo Bicalho, Conselheiro Secretário do Conselho Federal de Psicologia.

Vamos ouvir as considerações finais do Dr. Cassio Barreiros, Mestre em Direito e pesquisador da Universidade Veiga de Almeida.

O SR. CASSIO RODRIGUES BARREIROS - Eu queria agradecer o convite, Sr. Presidente, e dizer que fiquei bastante assustado com os dados que o Silvio trouxe sobre a média salarial dos atletas profissionais, que gira em torno de 800.

O Deputado Danrlei trouxe um dado de que, no clube pelo qual ele torce na cidade dele, o craque do time ganha 1.500 reais. E se olharmos para a Constituição, que diz que o salário mínimo deve assegurar moradia, saúde, lazer, um rol enorme, nós veremos que, com isso, é impossível, é uma ficção jurídica o salário mínimo, tal como posto aqui pelo Silvio e pelo Pedro também.

Há na rua um dado sobre a quantidade de profissionais que possuem habilidade voltada para a psicologia aplicada ao esporte. A quantidade é insuficiente para atender ao mercado. O número atual de profissionais com habilitação, cerca de 300 mil psicólogos, não seria capaz de anteder.

Não estamos aqui fazendo uma análise tão somente do custo desse atendimento e desprezando a saúde, estamos também analisando o impacto. É essencial que o clube tenha um estádio de futebol próprio para disputar as suas partidas, e não possui. É essencial que o clube tenha um fisiologista, e não tem. É essencial que tenha um advogado para fazer a gestão contratual, e nem todos os clubes têm esse profissional.

Bola, trave, rede, cal para pintar, luva para o goleiro agarrar a bola, chuteira, material esportivo. Como o Deputado Danrlei disse aqui, esses clubes vivem da doação da comunidade local. Muitas vezes, o jogador vai embora e a chuteira tem que ficar, porque o que vem para substituí-lo, se calçar o mesmo número, vai usar a chuteira. Então, a gente lida com essas realidades.



E eu parablenizo o Silvio, que trouxe aqui uma alternativa muito boa. A entidade que ele representa faz esse acompanhamento. E eu queria que o Conselho de Psicologia também discutisse — e por ser um acadêmico, eu acho que seria interessante debater isso no âmbito das universidades — como as universidades poderiam auxiliar de forma gratuita, até para difundir a importância desse acompanhamento. Ninguém aqui foi contrário à importância da psicologia, mas a análise da eficiência é essencial, considerando que para a prática esportiva, no caso aqui estamos tecendo muitos comentários sobre futebol, existem outras prioridades que acabam preponderando na escolha do gestor.

Temos também que fazer a análise econômica do direito, porque toda regulamentação traz impacto. Eu lembro quando houve aquele incidente da boate Kiss, em que morreram centenas de pessoas, foi muito trágico. Em seguida, sem informação, os Governos Municipais e Estaduais elaboraram uma série de critérios para expedir alvará de funcionamento para as boates. Hoje, é praticamente impossível abrir uma nova boate, uma casa de lazer, uma casa de *show*, em determinados Estados. Findo o inquérito, apurou-se que a responsabilidade se deu porque, parece, um integrante da banda soltou um fogo de artifício e o dono da boate, com medo de ter prejuízo, fechou a porta e as pessoas morreram ali sufocadas.

O que eu quero dizer é que a falta de informação impede a análise da eficiência da regulação. É o que nós temos. O projeto de lei carece de um estudo científico. Eu acho que o Conselho de Psicologia poderia investir nesses estudos para demonstrar a necessidade, a importância da obrigatoriedade do acompanhamento psicológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado, Dr. Cassio Barreiros.

Vamos ouvir o nosso Mauro Silva, representante da Federação Paulista de Futebol.

O SR. MAURO SILVA - Sr. Presidente, quero agradecer, mais uma vez, o convite. É uma honra ter participado com todos os presentes aqui da Mesa e ter dado um abraço no Deputado Danrlei, um grande amigo. Quero também agradecer ao Deputado Fabio os elogios. Obrigado.



É o que o Dr. Cassio disse, acho que ninguém aqui deixou de reconhecer a importância dessa área do conhecimento para a saúde mental e o desenvolvimento esportivo dos atletas. Realmente, a imposição, a obrigatoriedade por força de lei é o que nos preocupa. Como Federação, temos incentivado nossos clubes a ter, cada vez mais, uma gestão moderna e profissional e vamos continuar incentivando com mais recursos para os clubes que tenham uma gestão mais eficiente e moderna.

A Federação tem uma preocupação muito grande com o desenvolvimento do esporte e da sociedade. Nós acreditamos que o futebol vai muito além dos três pontos que se ganha ou se perde em cada domingo. Eu acho que é uma ferramenta que podemos utilizar para construir uma sociedade melhor. Essa é a nossa visão e vamos continuar trabalhando dessa maneira. Estamos dispostos a continuar discutindo e, se for necessário, podemos ter um fórum na Federação com o pessoal da área de desenvolvimento humano para continuarmos avançando nesse debate.

Foi um prazer enorme estar aqui e participar com todos vocês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Obrigado, Mauro Silva, foi muito bom tê-lo aqui conosco.

Estamos encerrando os trabalhos.

Eu quero também agradecer a participação, pelo Portal E-democracia, da nossa audiência interativa, da Etiene; do André Calheiros, estudante de Psicologia, também da Bahia; da Anita Diniz, doutoranda em Ciências do Movimento Humano.

Nosso tempo está esgotado, estamos finalizando os nossos debates.

E nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convoco os nobres pares para reunião deliberativa na próxima quarta-feira, dia 23 de agosto, às 14h, neste mesmo plenário ou em plenário a ser designado no dia.

Está encerrada a presente reunião.